



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Mensagem da Administração

Prezados acionistas e agentes do mercado,

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais (DFP). Ressaltamos que as comparações aqui apresentadas, exceto quando indicado o contrário, referem-se aos números verificados no exercício de 2012.

Principais Desenvolvimentos

O ano de 2013 foi marcado por um ambiente competitivo ainda adverso em nossa indústria e por um cenário macroeconômico pouco favorável, principalmente no Brasil, nosso maior mercado de atuação, com (i) crescimento discreto da economia, (ii) aumento na taxa básica de juros e (iii) desvalorização cambial.

Neste cenário desafiador, fomos ainda mais seletivos na promoção de shows de música ao vivo, priorizando eventos já consagrados de público e bilheteria, além de voltarmos nossa atenção para a realização de festivais nos países em que atuamos. Dentre os conteúdos internacionais, destacamos a promoção de shows dos artistas Bon Jovi, Black Sabbath, Justin Bieber, Eros Ramazzotti, Jamiroquai e Violetta. Em festivais, promovemos o Summer Break, tendo Dave Mathews Band como headliner e o Planeta Terra com Blur, Lana del Rey, Beck, entre outros.

Ressaltamos ainda nossa nova parceria na promoção de um dos maiores e mais conceituados festivais de música da atualidade, o Lollapalooza, pelos próximos 5 anos (renováveis pelo mesmo período). A edição de 2014 contará com aproximadamente 60 bandas e nomes de peso como Muse, Arcade Fire, Nine Inch Nails e Soundgarden. Também firmamos contratos de longo prazo com importantes patrocinadores, garantindo a maioria das cotas do plano comercial.

Esta parceria fortalece o posicionamento estratégico da T4F como a maior empresa de entretenimento da América do Sul, na medida em que adicionamos mais um conteúdo ao nosso portfólio, aumentando a diversificação e verticalização de nossas receitas e potencializando a diluição de custos fixos. Além disso, aumentamos nossa exposição ao segmento de festivais, que cada vez mais tem ocupado espaço na América do Sul e no mundo.

Em eventos família, promovemos nas cidades de São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba e iniciamos no Rio de Janeiro a quinta turnê do Cirque du Soleil – Cortejo, além de outros espetáculos como: Alvin Ailey, Billy Elliot, Madagascar e Disney On Ice.

Em teatro, estreamos ao final de março, no Teatro Renault em São Paulo, o musical original da Broadway O Rei Leão, que com grande sucesso de público e bilheteria tornou-se um dos maiores musicais que já promovemos. Além disso, levamos para o Rio de Janeiro e, na sequência, Buenos Aires, o também musical original da Broadway, A Família Addams.

Em esportes, seguimos com a promoção de nossos eventos proprietários: (i) a Stock Car que, desde agosto de 2013, passou a se chamar Copa Schin Stock Car, a mais importante categoria do automobilismo brasileiro, com transmissão aos domingos pela Rede Globo e SporTV, e (ii) a Copa Petrobras de Marcas, categoria de turismo multimarcas, com a participação de 4 montadoras e transmitida pela TV Bandeirantes.

Em operação de casas de espetáculos (venues), assumimos ao final de 2013 a operação de mais um teatro em São Paulo, no Complexo Tomie Ohtake, localizado em uma das áreas mais valorizadas da cidade e com uma das melhores infraestruturas do país. Este novo estabelecimento, com 627 lugares, ocupará um espaço importante na promoção de musicais adaptados e na realização de eventos corporativos.

Destacamos abaixo nossa atual rede de casas de espetáculos, das quais, três figuram na lista das 100 maiores em público pagante em 2013, publicada pela Pollstar:

Localização	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	São Paulo	Buenos Aires, ARG	São Paulo
Operação	2022	2018	2016	2019	Próprio	2018
Naming Right	2019	2015	2015	2017	Em Negociação	Em Negociação

Localização	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	São Paulo	Buenos Aires, ARG	São Paulo
Operação	2022	2018	2016	2019	Próprio	2018
Naming Right	2019	2015	2015	2017	Em Negociação	Em Negociação

Ranking da Pollstar, 2013: as maiores casas de espetáculos do mundo em público pagante.

Em patrocínios, até meados de 2013, enfrentamos uma situação adversa, explicada por uma conjunção de fatores, a saber: (i) diluição das verbas de marketing entre os diversos concorrentes de nossa indústria, (ii) iminência da Copa do Mundo no Brasil, e (iii) um cenário econômico menos favorável na América do Sul. Entretanto, na segunda metade do ano, dada a qualidade dos conteúdos apresentados e nosso relacionamento com os maiores e mais renomados patrocinadores, concluímos a negociação de importantes contratos de longo prazo, dos quais destacamos, uma plataforma de música ao vivo com mais de 10 artistas, o contrato de naming da Vicar e os contratos do Lollapalooza.

Por fim, a conquista pela 4ª vez (2009, 2010, 2012 e 2013) da categoria de melhor promotor independente internacional ("Top Independent International Promoter") pela publicação Billboard, trouxe grande reconhecimento de nossa bem sucedida atuação em 2013, consolidando nossa posição de liderança na América do Sul.

Pipeline de Eventos

Música ao Vivo

Diferentemente do observado no 1S13, em que não realizamos nenhum show de estúdio, o 1S14 será muito ativo em música ao vivo outdoor. Iniciaremos em março com 4 shows do Metallica na região, em abril promoveremos 2 dias da 3ª edição do festival Lollapalooza no Brasil, e fecharemos o semestre com 9 shows da turnê de One Direction em maio, distribuídos entre Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai. Somados, somente em outdoor, teremos 15 eventos de grande porte, os quais já somam mais de 600 mil ingressos vendidos, mais da metade do que realizamos em todo o ano de 2013, e mais que o dobro do que vendemos no 1S13 em música ao vivo.

Em música indoor, continuaremos a promover um número importante de shows em nossas casas de espetáculos, além de apresentações em casas de terceiros. Em música internacional já temos contratadas as apresentações de Laura Pausini, The Offspring, Hugh Laurie e Placebo, além de 8 apresentações de Demi Lovato, este último com mais de 40 mil ingressos vendidos, o equivalente a um show de estúdio. Ainda na plataforma internacional, exploraremos o potencial dos festivais e promoveremos os seshshows do Lollapalooza, como Nine Inch Nails, Arcade Fire e Imagine Dragons no Citibank Hall - RJ. Em música nacional, continuaremos a promover shows dos principais artistas da região, como Ana Carolina, Djavan, Roupas Nova, Victor e Leo, Luan Santana, entre outros.

Eventos Família e Teatro

No Teatro Renault, seguiremos promovendo o musical O Rei Leão até o final de 2014.

Em março de 2014, estrearemos no teatro do Complexo Tomie Ohtake, o musical Jesus Cristo Superstar, versão moderna da aclamada ópera rock da Broadway, em curta temporada.

O espetáculo Cortejo, 5ª temporada do Cirque du Soleil na região, continuará no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, até abril de 2014, seguindo para a Córdoba, Buenos Aires, Santiago e Lima, totalizando 278 apresentações até o final de 2014.

Promoveremos também a 7ª temporada de Disney on Ice em maio de 2014, trazendo o espetáculo Passaporte para Aventuras para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Eventos Esportivos

Seguiremos com a promoção da (i) Copa Schin Stock Car, composta por 12 etapas em diferentes cidades, e da (ii) Copa Petrobras de Marcas com 8 etapas. Neste ano teremos a estreia do (iii) campeonato patrocinado mundialmente pela Mercedes-Benz, denominado Mercedes-Benz Challenge que terá também 8 etapas no Brasil.

Estratégia e Perspectiva

Em 2014, os desafios serão certamente diferentes daqueles enfrentados ao longo de 2013. Embora seja importante reconhecer o ambiente macroeconômico desafiador de curto prazo, acreditamos que os maiores efeitos negativos de um cenário competitivo desfavorável ficarão para trás. Contudo, carregaremos ainda o curto prazo, os reflexos adversos de uma contratação superdimensionada no passado em eventos de família e da desvalorização cambial de nossa cesta de moedas frente ao dólar, principalmente do peso Argentino.

Entretanto, além da normalização da concorrência, temos motivos consideráveis para continuarmos confiantes em nosso sucesso, dentre os quais destacamos:

- Limitação da "meia entrada":** desde 07 de fevereiro de 2014, nos termos da Lei 12.852/13, entrou em vigor, para todo o território brasileiro, o limite de ingressos "meia entrada" para estudantes, passando a ser de 40% do total de ingressos disponíveis. Esta limitação permitirá uma precificação mais adequada de nossos espetáculos, o que não necessariamente se refletirá em aumento imediato do preço médio, mas esperamos reflexos positivos na percepção do público sobre os preços de nossos ingressos, resultando, no tempo, em maiores taxas de ocupação e margem de contribuição em nossos conteúdos, como já vivenciado até 2011 (quando o limite de 30%, até então em vigor, foi extinto).
- Vale cultura:** também no marco regulatório, foi instituído no Brasil, o Vale Cultura. Trata-se de um benefício (em contrapartida fiscal para as empresas participantes) de R\$50,0 por mês, cumulativos, distribuídos a trabalhadores com renda mensal de até cinco salários mínimos (R\$3.390) para gastos com cultura, dentre os quais nos afetam música e teatro. Estimativas indicam que esta política de incentivo inicialmente englobará um universo de 42 milhões de trabalhadores elegíveis com potencial de gastos de R\$ 25,2 bilhões por ano. Esta medida significa importante incentivo no consumo de entretenimento no Brasil e representa importante potencial de aumento na base de consumidores.
- Crescimento da mídia no Brasil:** estudo recente da Zenith Optimedia colocou o Brasil como o 5º maior mercado de mídia do mundo até 2015. Dado este expressivo crescimento e a concentração da mídia no Brasil em veículos tradicionais, vislumbramos uma excelente oportunidade na migração de parte dessas verbas de marketing para mídias alternativas (below the line), mais voltadas para a experiência do consumidor, na qual a T4F poderá se consolidar como a terceira via, trazendo soluções únicas para seus anunciantes.

Com este cenário se mostrando bem mais favorável a médio prazo, empenharemos máximos esforços na captura destas oportunidades e acreditamos que nossas competências: (i) experiência comprovada no setor de entretenimento ao vivo, (ii) promoção dos maiores e melhores espetáculos na região (líder na América do Sul), (iii) operação de diferenciada rede de venues, e (iv) sólida posição financeira e patrimonial, colocam-nos em posição privilegiada na obtenção de êxito em um novo e importante ciclo de crescimento para nossa indústria.

Comentário sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Música ao Vivo						
Eventos Promovidos	358	267	-25%	122	126	3%
Ingressos Vendidos (000)	1.531	1.166	-24%	720	699	-3%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	173	142	-18%	211	165	-22%
Eventos Família e Teatro						
Eventos Promovidos	802	914	14%	154	205	33%
Ingressos Vendidos (000)	1.155	1.062	-8%	223	196	-12%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	151	159	5%	163	156	-5%
Total						
Eventos Promovidos	1.160	1.181	2%	276	331	20%
Ingressos Vendidos (000)	2.686	2.228	-17%	943	895	-5%

Em 2013 promovemos 1.181 eventos e comercializamos aproximadamente 2,2 milhões de ingressos nos países em que atuamos, principalmente: Brasil, Argentina, Chile e Peru. Comparados a 2012, o número de eventos promovidos ficou um pouco acima, porém o total de ingressos vendidos apresentou retração de 17%.

Em música ao vivo, a retração, em ambos os indicadores, é consequência: (i) principalmente de nossa estratégia de não acompanhar a concorrência em ofertas acima dos limites de margem de contribuição mínima exigida por conteúdo, razão pela qual passamos os primeiros 8 meses do ano de 2013 sem promover nenhum show de estúdio, e (ii) em música indoor, pelo fato de alargarmos nossas venues para promoção de terceiros. A partir do 4T13, no entanto, observamos uma importante escalada na contratação de conteúdos outdoor e indoor com retomada na margem de contribuição.

Por outro lado, quando olhamos o desempenho de eventos família e teatro, observamos que, apesar do aumento no número de eventos (14% YoY e 33% no 4T13), houve diminuição no número de ingressos vendidos (8% YoY e 12% no 4T13). Esse desempenho, abaixo de nossas expectativas, foi consequência da menor taxa de ocupação para os conteúdos de família, principalmente o Cirque du Soleil, no qual o maior número de apresentações contratadas, frente às turnês anteriores, não se reverteu em aumento proporcional de público. No segmento de teatro, ao contrário, com o Rei Leão, obtivemos maiores taxas de ocupação em comparação a 2012.

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ 000)	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Promoção de Eventos	423.220	305.960	-28%	181.110	132.282	-27%
Música ao Vivo	245.042	146.883	-40%	137.935	101.358	-27%
Eventos Família e Teatro	161.718	147.092	-9%	38.087	26.696	-30%
Eventos Esportivos	16.460	11.985	-27%	5.087	4.228	-17%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	111.864	135.326	21%	33.517	42.393	26%
Patrocínio	159.152	110.036	-31%	44.873	47.790	7%
Promoção de Eventos	132.487	89.975	-32%	36.966	42.906	16%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	26.665	20.061	-25%	7.907	4.884	-38%
TOTAL	694.236	551.323	-21%	259.500	222.464	-14%

A receita líquida do exercício de 2013 totalizou R\$551,3 milhões, decréscimo de 21% quando comparado a 2012 (R\$694,2 milhões).

A receita líquida na promoção de eventos diminuiu 28% no período, atingindo R\$306,0 milhões versus R\$423,2 milhões em 2012. A queda apresentada, conforme explicado acima, é decorrente do menor atividade em shows de música ao vivo e das menores taxas de ocupação em eventos família, cujas receitas ficaram respectivamente 40% e 9% inferior a 2012. Eventos esportivos também apresentaram redução, fruto de um redirecionamento para a Copa do Mundo de verbas de marketing, antes destinadas à compra de camarotes, torcidas organizadas e hospitality centers.

A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues apresentou crescimento de 21% em 2013, atingindo R\$135,3 milhões versus R\$111,9 milhões em 2012. Este crescimento é decorrente, principalmente, do reconhecimento do serviço de taxa de conveniência na venda de ingressos antecipados de importantes conteúdos que ocorrerão no 1S14, tais como: Metallica, One Direction, Lollapalooza e Demi Lovato, além do aluguel de nossas casas de espetáculos para terceiros.

A receita líquida de patrocínio totalizou R\$110,0 milhões, uma retração de 31% quando comparado aos R\$159,2 milhões realizados em 2012. Esta diminuição é decorrente da diluição das verbas de patrocínio entre os vários concorrentes, pelo redirecionamento das verbas de marketing para importantes e inéditos eventos na região, principalmente a Copa do Mundo, e pelo cenário econômico menos favorável.

No 4T13, a receita líquida atingiu R\$222,5 milhões, queda de 14% em comparação com o 4T12 (R\$259,5 milhões). A receita líquida de promoção de eventos apresentou retração de 27% no 4T13 em comparação com o 4T12, atingindo R\$132,3 milhões versus R\$181,1 milhões no período anterior.

Em música ao vivo a receita líquida passou de R\$137,9 milhões no 4T12 para R\$101,0 milhões no 4T13. Esta retração de 27%, é reflexo da política adotada de promover mais artistas, com menos apresentações por conteúdo, grande seletividade nas escolhas e rigoroso controle de risco versus retorno. Essa estratégia tem se mostrado correta, dado que a redução de receita não resultou em redução de margem bruta, ao contrário, observamos uma importante retomada em direção às nossas margens históricas normalizadas, porém ainda impactada pela desvalorização cambial, de nossa cesta de moedas, em relação ao dólar.

A queda de 30% verificada em eventos família e teatro no 4T13 versus o 4T12 acentua-se neste período, pois no 4T12 apresentamos a turnê do Varekai em Buenos Aires e Santiago, em sua grande maioria, com público pagante em sua capacidade máxima, ao passo que a ocupação média nas apresentações do Cortejo no 4T13 ficou abaixo do esperado.

Em eventos esportivos, a diminuição de 17% na receita líquida do 4T13, em menor medida, acompanha o explicado para o ano de 2013.

A receita líquida de operações de bilheteria, alimentos e bebidas (A&B) e venues aumentou 26% no 4T13, atingindo R\$42,4 milhões versus R\$33,5 milhões no 4T12, demonstrando o bom desempenho nas vendas dos conteúdos já contratados para 2014.

A receita líquida de patrocínio subiu 7% no 4T13, atingindo R\$47,8 milhões versus R\$44,9 milhões no 4T12. Este aumento é decorrente da venda de importantes cotas de patrocínios, tanto para os espetáculos que ocorreram no 4T13 quanto para espetáculos de 2014. A apropriação dos patrocínios segue a regra de entrega aos patrocinadores.

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ 000)	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Lucro Bruto	94.781	89.385	-6%	(26.647)	20.265	n.a.
Margem Bruta (%)	13,7%	16,2%	2,6 p.p.	-10,3%	9,1%	19,4 p.p.

Apesar da retração de 21% em nossa receita total, o lucro bruto atingiu R\$89,4 milhões em 2013, 6% inferior ao realizado em 2012. A margem bruta apresentou ganho de 2,6 p.p., subindo de 13,7% para 16,2% no período, fruto de nosso intenso processo de controle de custos, que só não foi mais bem sucedido, devido à (i) apreciação do dólar, frente à nossa cesta de moedas, impactando negativamente o custo dos cachês dos artistas contratados e aos (ii) maiores custos de produção dos espetáculos de família.

No 4T13, o resultado bruto de R\$20,3 milhões, reverteu o prejuízo de R\$26,6 milhões observado no 4T12, podendo ser explicado, ambos os resultados, principalmente pelo desempenho de música ao vivo. Enquanto, no 4T12, dado o momento de altíssima competição e grande oferta de conteúdos, os shows apresentados resultaram em margem de contribuição negativa. No 4T13 os shows de música ao vivo promovidos voltaram a apresentar importante margem de contribuição, ainda assim, nosso resultado apresentou baixo desempenho pela corrosão, de parte desta margem, pelos conteúdos família, aliado à desvalorização cambial.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ 000)	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Vendas	(6.785)	(4.099)	-40%	(1.889)	(1.353)	-28%
Gerais e Administrativas	(85.933)	(86.232)	0%	(24.792)	(22.010)	-11%
Remuneração dos Administradores	(8.658)	(5.647)	-35%	(1.447)	(1.600)	11%
Subtotal	(101.376)	(95.978)	-5%	(28.128)	(24.963)	-11%
% Despesas com Vendas/Receita Líquida	1,0%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	
% G&A/Receita Líquida	12,4%	15,6%	9,6%	9,9%	9,9%	
% Rem. Administradores/Receita Líquida	1,21%	1,0%	0,6%	0,7%	0,7%	
% Despesas Totais/Receita Líquida	14,6%	17,4%	10,8%	11,2%	11,2%	
Outras receitas (despesas) operacionais	1.879	1.039	-45%	1.343	1.374	2%
Total	(99.497)	(94.939)	-5%	(26.785)	(23.589)	-12%
Lucro Antes Resultado Financeiro	(4.716)	(5.554)	18%	(53.432)	(3.324)	-94%

As despesas com vendas, administrativas e remuneração dos administradores no exercício de 2013 totalizaram R\$96,0 milhões, queda de 5% quando comparado ao exercício de 2012. O menor dispêndio em vendas acompanhou o desempenho da receita líquida, e apesar da inflação no período de 5,91% e dissídio coletivo de 8%, mantivemos estáveis as despesas gerais e administrativas e apresentamos importante redução de 35% na remuneração dos administradores, demonstrando o esforço da Companhia na readequação de sua estrutura interna, visando maior eficiência.

As outras receitas (despesas) operacionais diminuíram 45% em 2013 em comparação a 2012, refletindo o reconhecimento de maiores provisões para contingências.

No 4T13, as despesas com vendas, administrativas e remuneração dos administradores totalizaram R\$25,0 milhões, queda de 11% em relação ao 4T12 quando somaram R\$28,1 milhões, sendo que as outras receitas (despesas) operacionais ficaram praticamente em linha com o 4T12.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ 000)	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Receitas Financeiras	17.555	10.892	-38%	3.828	3.490	-9%
Juros Ativos	1.736	1.981	14%	733	1.048	43%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	15.467	8.314	-46%	2.742	1.982	-28%
Outros	352	597	70%	353	460	30%
Despesas Financeiras	(21.626)	(17.201)	-20%	(5.034)	(3.361)	-33%
Juros Passivos	(2.445)	(4.594)	88%	(1.75)	(1.197)	n.a.
Juros com Empréstimos - Debêntures	(11.724)	(7.352)	-37%	(2.038)	(1.602)	-21%
Perdas com Operações de Swap	(985)	(364)	-63%	-	479	n.a.
Impostos e Outros	(6.472)	(4.891)	-24%	(2.821)	(1.042)	-63%
Varição Cambial	(6.992)	(2.663)	-62%	(1.993)	(424)	-79%
Resultado Financeiro Líquido	(11.063)	(8.707)	-19%	(3.198)	(295)	-91%

Em 2013, o resultado financeiro líquido representou dispêndio de R\$9,0 milhões, melhora de 19% em relação a 2012, em que registramos R\$11,0 milhões. Esta variação é decorrente da diminuição tanto na receita quanto na despesa financeira em 2013, fruto de um menor caixa médio no período e da redução no endividamento.

No 4T13, com a redução de nosso endividamento, o resultado financeiro líquido praticamente zerou. As receitas financeiras passaram a cobrir as despesas financeiras, o pequeno efeito negativo, foi resultado exclusivamente da variação cambial em nossa cesta de moedas.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ 000)	2012	2013	Var. %	4T12	4T13	Var. %
Prejuízo Líquido	(3.957)	(14.720)	272%	(31.217)	(3.698)	-88%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.822)	196	n.a.	(25.414)	79	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	11.063	8.970	-19%	3.198	295	-91%
(+) Depreciações e Amortizações	9.872	13.451	36%	2.697	5.509	104%
=EBITDA	5.156	7.897	53%	(50.736)	2.185	n.a.
Margem EBITDA (%)	0,7%	1,4%	0,7 p.p.	-19,6%	1,0%	20,5 p.p.

Em função dos fatores anteriormente mencionados, o EBITDA no exercício de 2013 totalizou R\$7,9 milhões versus R



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	22	363.440	397.067	551.323	27	(12.149)	(18.767)	(14.524)	(15.779)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	23.b)	(297.398)	(343.003)	(461.938)					
LUCRO BRUTO		66.042	54.064	89.385					
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Vendas		(2.280)	(3.722)	(4.099)				(2.637)	(9.146)
Gerais e administrativas	23.a)	(51.211)	(55.566)	(86.232)				(85.933)	
Remuneração dos administradores	12.2 e 23.a)	(4.636)	(7.303)	(5.647)				(8.658)	
Equivalência patrimonial	13	(9.280)	(3.798)	-				-	-
Perdas em investimentos		(5.357)	-	-				-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(2.388)	(5.800)	1.039				1.879	
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(6.960)	(16.905)	(5.554)				(4.716)	
RESULTADO FINANCEIRO	25								
Despesas financeiras		(10.904)	(16.039)	(17.201)				(21.626)	
Receitas financeiras		8.207	15.740	10.894				17.555	
Varição cambial e monetária, líquida		(2.492)	(1.563)	(2.663)				(6.992)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de capital		Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) do exercício	Ações em Tesouraria	Resultados abrangentes	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
	2013	2012	2013	2012						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011										
Aquisição de participação societária de acionistas não controladores	13	-	-	-	-	-	-	-	6.715	6.715
Aumento de capital conforme RCA de 27 de junho de 2012	21	445	-	-	-	-	-	445	-	445
Utilização da reserva de retenção de lucros em 11 de julho de 2012	21	-	-	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Aumento de capital conforme RCA 7 de agosto de 2012	21	4.453	-	-	-	-	-	4.453	-	4.453
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	462	-	-	-	462	-	462
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(148)	-	148	-	-	-
Dividendos distribuídos a acionistas não controladores	21	-	-	-	-	-	-	-	(501)	(501)
Prejuízo líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	-	1.778	(3.957)
Outros resultados abrangentes						(5.735)				
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior								8.806	8.806	8.806
Resultado abrangente total do exercício								8.806	3.071	1.778
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de retenção de lucros						(5.735)				4.849
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		243.022	(9.665)	4.720		1.441	10.296	79.582		14.204
Aquisição de participação societária de acionistas não controladores	13	-	-	-	(3.990)	-	-	-	-	-
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	569	-	-	-	-	569	-
Ações em Tesouraria	21	-	-	-	-	-	(5.392)	-	(5.392)	-
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(94)	-	94	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	-	(13.317)	-
Outros resultados abrangentes										
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior								3.641	3.641	3.641
Resultado abrangente total do exercício								3.641	(9.676)	(1.403)
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de retenção de lucros						(13.317)				(11.079)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		243.022	(9.665)	5.289		1.347	10.296	66.359		(3.992)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(13.317)	(5.735)	(14.720)	(3.957)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Varição cambial na conversão de operações no exterior	3.641	8.806	3.641	8.806
Total de resultados abrangentes do exercício	(9.676)	3.071	(11.079)	4.849
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	(9.676)	3.071
Acionistas não controladores	-	-	(1.403)	1.778
			(11.079)	4.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS				
De serviços	415.835	455.171	622.616	774.795
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.283)	(1.734)	4.065	1.437
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(154)	105	(1.701)	(79)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(283.528)	(330.560)	(419.199)	(556.442)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.574)	(25.921)	(34.941)	(47.870)
Perda de valores ativos	(54)	(260)	(350)	(475)
Outros	-	-	(1)	(4.048)
VALOR ADICIONADO BRUTO	109.242	96.801	170.488	167.318
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(5.887)	(3.075)	(13.451)	(9.872)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	103.355	93.726	157.037	157.446
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(9.118)	10.592	4.581	12.748
Receitas financeiras e variação cambial	5.351	14.177	7.867	10.563
Resultado de equivalência patrimonial	(9.280)	(3.798)	-	-
Perdas em investimentos	(5.357)	-	-	-
Outras receitas	168	213	(3.287)	2.185
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	94.237	104.318	161.618	170.194
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	35.101	39.001	60.409	64.619
Remuneração direta	29.440	34.183	52.667	57.845
Benefícios	3.940	3.280	5.278	4.726
FGTS	1.721	1.538	2.474	2.048
Impostos, taxas e contribuições	60.205	52.343	80.436	80.251
Estaduais	46.228	36.100	56.955	52.013
Municipais	18	51	8.042	10.583
Remuneração de capitais de terceiros	13.959	16.192	15.439	17.655
Juros	12.248	18.709	35.493	29.281
Aluguéis	10.138	15.663	8.226	20.249
Outras	2.110	3.046	16.649	3.928
Prejuízo na remuneração de capital próprio	(13.317)	(5.735)	(14.720)	(3.957)
Prejuízo líquido do exercício	(13.317)	(5.735)	(13.317)	(5.735)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.403)	1.778
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	94.237	104.318	161.618	170.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A T4f Entretenimento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, de São Paulo, e no segmento "SMARCOVESPA", sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo T4f"), têm como objetivo social administração, a promoção, organização, produção, o gerenciamento e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos desportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de salas de espetáculos. A Companhia administra e se dedica a espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro T4f e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera, na Argentina. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2 BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado. • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas: **a) Princípios gerais:** Receitas, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto à possibilidade de cliente para o atraso, (ii) renegociação e/ou parcelamento do título, (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. **d) Estoques:** Registros não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. **e) Despesas:** Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. **f) Custos antecipados:** Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado. **g) Demais ativos circulante e não circulante:** Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos quais, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. **h) Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **i) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimado dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor. **j) Reserva de reavaliação:** Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27). **j) Aquisições de controladas - ágio:** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. **Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS:** Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.538/07, a diferença entre o valor pago em uma aquisição e o valor contábil da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos. No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSP/E Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSP/E"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSP/E foi baixado por meio de provisão na própria ADTSP/E. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição. **k) Outros intangíveis (excluindo ágios):** Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contábil do resultado. **l) Redução do valor recuperável do ágio:** Como o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa projetada não será recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controladora, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação. **m) Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos de caixa projetados e equipamentos, cujo valor contábil não excede o valor recuperável de longo prazo. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida somente se o valor recuperável de longo prazo de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável. Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em um período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **n) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação

monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. **o) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados por valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. **p) Provisões:** Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para a liquidação da obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam o obrigação. **q) Adiantamentos de clientes:** Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos patrocinados, locação de suites e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados. **r) Reconhecimento de receita:** Receita de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos. O reconhecimento de taxa de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço. As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos "naming rights" são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos. As receitas provenientes de contratos de patrocinados são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de obrigações de divulgação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento. A entrega de publicidade é reconhecida quando o segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outros. Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e "merchandising" são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes. **s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4f Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro presumido, o imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar. O IRPJ e a CSLL são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado, o IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO VINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando outra forma indicado)

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	12.628	23.939	48.830	39.590
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.219	777	3.278	1.347
Móveis e utensílios	572	232	678	1.026
Máquinas e equipamentos	887	951	2.511	14.492
Equipamentos de processamento de dados	1.235	1.261	1.462	1.629
Estúdios	6.409	1.073	6.597	11.520
Veículos	-	-	218	1.407
Adiantamento de imobilizado	49	14	49	15
Total de adições	11.371	4.385	14.717	31.436
Baixas líquidas	(54)	(13.169)	-	(13.206)
Depreciação	(5.323)	(2.527)	(12.949)	(8.782)
Efeitos de variação cambial	-	-	(6)	(208)
Saldo final	18.622	12.628	50.593	48.830

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$850, em decorrência de obrigações fiscais e declarações trabalhistas e de consumidores. A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção e/ou em fase de capitalização de encargos financeiros no caso no montante de R\$200, determinados itens do ativo imobilizado da Companhia são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/juventes, podendo estar ociosos temporariamente, mas não estão obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2013, há aproximadamente R\$3.426, ainda em uso, totalmente depreciados. Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos equipamentos e móveis é inferior aos valores justos.

e) Mutação do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	2.634	2.050	4.006	3.353
Adições: Software	704	893	907	1.578
Marcas e patentes	(54)	241	(957)	(1.090)
Amortização	(54)	(54)	(54)	(54)
Baixas líquidas	(11)	(2)	(65)	(1.706)
Saldo final	2.763	2.634	3.891	4.006

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25).

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais	28.042	21.927	59.329	58.967
Fornecedores estrangeiros	612	165	29.877	1.288
Total	28.654	22.092	89.206	60.255

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.				
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	57.922	95.925	57.922	95.925
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 16,90%	-	-	9.702	9.702
Total		57.922	95.925	67.625	110.350

Parcela do passivo circulante
Parcela do passivo não circulante
a) Debêntures: A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010. A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. a) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir: i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado, iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contradas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000, v) Alteração no controle acionário, direta ou indireto sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas, vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura de emissão das debêntures, vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures. Não há cláusulas para repactuação das debêntures. a.2) **As debêntures são garantidas por:** i) Alienação fiduciária sobre bens representativos de 100% do capital social da Companhia, ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis em cartões de crédito, cartões e/ou débitos. As parcelas de longo prazo tem vencimento em 2015. **b) Empréstimos e financiamentos:** As controladas argentinas adquiriram garantia de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows de grandes artistas internacionais. A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada adquirente, T4F Entretenimentos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
COFINS a recolher	1.098	3.377	1.529	4.272
PIS a recolher	498	732	594	930
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.901	4.417	5.496	4.980
IRPJ e CSLL a recolher	399	569	619	569
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	-	-	18	23
IVA - imposto de valor agregado	341	326	369	312
INSS de terceiros a recolher	43	59	7.417	421
Outros	237	239	751	326
Parcela circulante	7.517	9.719	21.566	20.246
Parcelamento de ISS (b)	4.762	5.356	5.104	5.356
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	579	1.407
Passivo não circulante	4.762	5.356	5.899	6.763

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários a ser observado pelo Recadastramento do Brasil, pelo a Receita Nacional do Seguro Social (INSS), e de débitos para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente era de R\$3.967. (b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários. Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia detinha definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2013 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.190. (c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina. (d) Em 31 de dezembro de 2013 a controlada no exterior T4F Entretenimentos Argentina S.A. é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e com saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contratos de "naming rights" (a)	10.716	16.364	12.969	18.771
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	486	1.270	1.431	1.576
Vendas antecipadas de ingressos (c)	59.020	4.819	107.765	6.603
Intermediação de shows	10	-	52	-
Total	70.232	23.533	112.756	28.740

Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de usar o nome às suas atividades em eventos, tais como espetáculos musicais, shows, campeonatos, jogos e eventos. Os contratos fixam termos e condições e o patrocinador terá o direito de cessar determinado espaço ou evento, sem que haja devolução de sua marca. (b) **Contratos:** patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados (b.1) **Patrocínios:** os contratos, tais como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outros. Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessação, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado. (b.2) **Eventos privados:** tais contratos têm como objetivo a cessação, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas. (c) **Vendas antecipadas de ingressos:** referem-se a vendas de ingressos antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19 PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrita" (nota explicativa nº 7). A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação da Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto. O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes em registros:

	Controladora e Consolidado		2011		2012	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
As Bruxas de Eastwick	3	35	-	-	-	-
A Família Addams	8.650	5.220	(13.151)	19	790	(808)
Esplendor do Vaticano	4.520	(4.869)	361	220	(581)	-
Mamma Mia	1.490	1.262	-	-	-	-
Sky Mirage	51	(1.662)	-	-	-	-
Titanic	136	(556)	-	-	-	-
O Rei Leão	-	8.000	(345)	7.655	6.594	(12.971)
O Rei Leão - Temporada 2014	-	-	-	-	10.506	-
Billy Elliot	-	-	-	-	3.500	(3.444)
Jesus Christ Superstar	-	-	-	-	1.500	(53)
Total	11.330	17.980	(21.275)	8.035	23.110	(17.857)

20 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável. A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	3.936	5.056	5.481	6.419
Cíveis	12.562	10.765	13.675	12.213
Tributários	-	-	1.864	2.271
Total	16.498	15.821	21.020	20.903
Circulante	15.619	15.367	20.141	20.445
Não circulante	-	-	-	-

20.1) Provisões tributárias: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$48.909 (R\$39.698 em 31 de dezembro de 2012). Entre os processos tributários que representam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante global desses processos classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$8.617. b) Em abril de 2011 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quanto à venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo e valor global discutido nos autos de infração lavrados de R\$5.238, para 31 de dezembro de 2013. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obtivera limine e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível. c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e em montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado do processo é R\$ 9.574. d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apurada em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S.A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido é de R\$4.028. e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado dos dois processos é de R\$8.931. f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autou a Companhia no montante aproximado de R\$12.435, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$6.732, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$5.703, para a data base de 31 de dezembro de 2013. g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetuou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia ainda está avaliando o caso e apresentará impugnação ao auto de infração lavrado, sendo que o lançamento de imposto do mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de janeiro de 2014, o valor atualizado do débito líquido é de R\$14.352. **20.2) Provisões trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 14.956 (R\$11.039 em 31 de dezembro de 2012). Entre os processos trabalhistas que representam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de dezembro de 2013 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$1.000. Não obstante, o valor estimado é de R\$1.690. b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$5.353, cuja probabilidade de perda é possível. c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.636, cuja probabilidade de perda é possível. **20.3) Provisões cíveis e outras:** Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$57.193. Entre os processos cíveis que representam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$32.908 em 31 de dezembro de 2013 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir, se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes. b) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvincente, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy, pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e a pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no

montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$1.410 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas ("ACP") propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$609, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrada quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção de cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; e (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$587, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer outra taxa semelhante, quando da venda de ingressos na hipótese de venda via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. d) A Companhia figura, no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de "Quidam", nas aludidas localidades, nos períodos de junho de 2009 a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$591, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$192, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível. e) A Companhia é parte passiva, juntamente com "Os Independentes", em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50



T4F Entretenimento S.A.
CNPJ nº 02.860.694/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

Controladora	31/12/11	Variação (*)	31/12/12	Variação (*)	31/12/13
Impostos diferidos ativos sobre - Não circulante:					
Agio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	39.449	(7.134)	32.315	(5.672)	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.45	(36)	13	52	65
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.934	(466)	5.976	230	5.609
Prejuízos fiscais	8.934	16.006	24.943	5.614	27.902
Base negativa de CSLL	3.641	6.178	9.819	1.065	10.884
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	76	(741)	49	(692)
Varição cambial	(269)	269	-	-	-
Outras provisões	1.993	(1.864)	129	149	276
Total do ativo líquido	58.825	13.032	71.857	(1.168)	70.688

Consolidado	31/12/11	Variação (*)	31/12/12	Variação do período	31/12/13
Impostos diferidos ativos sobre - Não circulante:					
Agio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	39.449	(7.134)	32.315	(5.672)	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	(377)	1.422	154	1.353
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.696	(622)	5.948	330	6.188
Prejuízos fiscais	9.934	21.822	30.742	5.814	35.640
Base negativa de CSLL	3.641	6.178	9.819	1.065	10.884
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	-	(741)	-	(741)	-
Outras provisões	2.124	(544)	(19)	1.561	47
Varição cambial	(269)	269	-	-	-
Outras provisões	1.993	(1.864)	129	149	276
Total do ativo	62.062	19.322	81.066	1.787	81.441

(*) A diferença entre a variação e o saldo registrado no resultado refere-se ao imposto de renda e contribuição diferidos sobre os ganhos com a emissão de ações, contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

d) **Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados:** Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	2013	2012
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	14.808	9.853
Diferenças temporárias dedutíveis	622	(68)
	15.430	9.785
	34%	34%
	5.246	3.327

Alíquota vigente
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período
Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios. Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	6.925	11.338
2015	17.131	21.230
2016	10.782	10.782
2017	11.150	11.150
2018	24.700	25.394
Total	70.688	79.894

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros. A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, reduzida por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	2013	2012
Outros passivos financeiros	16	(57.922)	(95.925)
Empréstimos e recebíveis	6	2.355	725
Empréstimos e recebíveis	6	91.300	117.036
Empréstimos e recebíveis	12,1	27.865	23.736
Empréstimos e recebíveis	12,1	(18.005)	(16.279)
Empréstimos e recebíveis	15	48.136	53.327
Outros passivos financeiros	15	(28.654)	(22.092)
		65.075	60.528
		(3.996)	1.867

Rubrica	Classificação (iii)	2013	2012
Outros passivos financeiros	16	(57.922)	(95.925)
Empréstimos e financiamentos	6	(9.703)	(14.425)
Empréstimos e recebíveis	6	2.355	725
Empréstimos e recebíveis	6	124.010	138.598
Empréstimos e recebíveis	12,1	10.014	-
Empréstimos e recebíveis	8	94.984	107.653
Empréstimos e recebíveis	15	(89.696)	(85.115)
Outros passivos financeiros	15	74.532	76.281
		(4.697)	1.061

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% (nota explicativa nº 16). (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6). (iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25). A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1). **28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia a) Exposição a risco da taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, bem como de juros CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo. **(b) Exposição ao risco cambial:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui instrumentos financeiros para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Instrumento financeiro	Data da contratação	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX contratada	Ganho
NDF	23/07/2013	USD	8,083	02/01/2014	2,3426	429

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Bancos	Empréstimos e recebíveis	2.355	725	2.355	725
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	32.910	-	32.910	531
Mútuos com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	13.047	16.257	-	-
Mútuos com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	884	568	-	-
Mútuos com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	5.620	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(14.961)	(12.860)	-	-
Fornecedores	Dólares norte-americanos	(612)	(165)	(29.877)	(1.288)
Outros passivos financeiros	Dólares norte-americanos	39.243	4.525	5.388	(32)
		(935)	(2.046)	392	(191)

Bancos e aplicações financeiras: A Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de cambial da variação do dólar. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais; • Mútuos com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras; • Exceto pela operação de mútuos entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras; • Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras. **(c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros:** As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuos com controladas, denominados em moeda estrangeira. Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros. **Risco de mudança nas taxas de juros:** Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2013 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	2013	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(57.922)	(65.631)	(67.257)	(68.883)
Aplicações financeiras	91.300	97.821	99.451	101.081
Exposição líquida	33.378	32.190	32.194	31.483

	Consolidado			
	2013	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(57.922)	(65.631)	(67.257)	(68.883)
Empréstimos e financiamentos	(9.703)	(12.008)	(12.584)	(13.160)
Aplicações financeiras	124.010	132.602	134.750	136.898
Outros passivos financeiros	56.385	54.964	54.909	54.854

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$1.188 e de R\$1.421 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses substancialmente, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,09% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas essencialmente as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013. (ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.184 e R\$1.476 (controladora e consolidado, respectivamente). (iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.180 e de R\$1.531 (controladora e consolidado, respectivamente). O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA - Taxa Nominal Anual. **Risco de mudança das taxas de câmbio:** Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2013 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	2013	Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	2.355	2.111	2.639	3.167
Aplicações Financeiras	32.910	29.502	36.877	44.253
Mútuos com controladas argentinas	13.047	14.576	18.220	21.865
Mútuos com controlada chilena	884	792	991	1.189
Mútuos com controlada americana	5.620	5.038	6.297	7.557
Empréstimos com controladas no exterior	(14.961)	(13.412)	(16.765)	(20.117)
Fornecedores	(612)	(549)	(686)	(823)
Outros passivos financeiros	39.243	38.060	47.573	57.089

	Consolidado			
	2013	Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	2.355	2.111	2.639	3.167
Aplicações financeiras	32.910	29.502	36.877	44.253
Empréstimos e financiamentos	(9.703)	(12.008)	(12.584)	(13.160)
Outros passivos financeiros	56.385	54.964	54.909	54.854

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$1.188 e R\$558 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período. (ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$8.330 e R\$650 (controladora e consolidado, respectivamente). (iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$17.846 e R\$1.858 (controladora e consolidado, respectivamente). Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25). **Risco de crédito:** Adem da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito. **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidade de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidação de posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida de linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da T4F Entretenimento S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), identificadas com o controlador e consolidado, respectivamente, em conformidade com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da T4F Entretenimento S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião**

29 SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	2013	2012
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Gerais e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, seguradora e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	13.693	25.793	
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alarmamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	68.751	45.520	
		82.444	71.313	

30 COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) **Contratos de patrocínio:** A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de vídeo, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense. **b) Aluguéis das casas de espetáculo:** Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito de renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso. A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	13.345	16.528
Do 2º ao 5º ano	45.643	53.839
Após o 5º ano	29.935	29.935
Total	88.922	99.984

c) **Cartas de garantia de crédito e fianças:** Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$33.233 mil e US\$127.465 mil, respectivamente. A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$3.320.

31 PAGAMENTOS BASEADOS EM OPÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano. As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas. Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações, determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, estas deixariam de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas. As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado 2012	Valores registrados no resultado no período findo 2013	Valores a registrar em períodos futuros